



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 10 de julho de 2025

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,31% São Paulo	140.927 4/7 7/7 8/7 9/7	R\$ 5,502 (+ 1,04%)	3/julho 5,405 4/julho 5,424 7/julho 5,477 8/julho 5,445	R\$ 1.518	R\$ 6,448	14,90%	Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31 Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26

POLÍTICA MONETÁRIA

Galípolo diz que inflação segue disseminada

Ao falar a parlamentares, na Comissão de Finanças e Tributação, presidente do Banco Central disse que 72,5% dos itens que compõem o IPCA estão acima da meta de inflação, de 3%. Por isso, segundo ele, o BC seguirá com juros restritivos

» FERNANDA STRICKLAND

Fernanda Strickland/CB



Aos parlamentares que pediam redução da taxa básica de juros, hoje em 15% ao ano, Galípolo afirmou a meta de inflação não foi uma escolha dele

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou ontem que a inflação no Brasil está amplamente disseminada e destacou que 72,5% dos itens que compõem o índice oficial de preços estão acima da meta de 3% estipulada pela autoridade monetária e 58,8% estão acima do teto da meta (4,5%). A declaração foi feita durante audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

“A inflação está bastante disseminada. Aproximadamente 45% dos índices que compõem a inflação estão superior ao dobro da meta (6%). Vou ter aproximadamente 58,8%, quase 60%, superior ao teto da meta. Temos que acompanhar a meta, a meta é 3%”, afirmou.

Os dados acumulados até maio mostram um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 5,32%, o que já configura cinco meses consecutivos fora da faixa, e o dado de junho, que será divulgado hoje pelo IBGE, deve marcar o descumprimento da meta contínua, conforme o novo regime de monitoramento. Caso a inflação fique novamente fora da banda, Galípolo terá de enviar ao Ministério da Fazenda uma nova carta explicando os motivos do estouro — a segunda do ano.

O presidente do BC destacou que o mercado de trabalho permanece aquecido e vem surpreendendo, o que contribui para a pressão sobre os preços. Apesar disso, o chefe da autoridade monetária pontuou que a valorização do real em 2025, mais intensa que a de moedas de países comparáveis, foi impulsionada pelo chamado carry trade — estratégia de investidores estrangeiros que se beneficiam da alta rentabilidade da moeda brasileira em função dos juros elevados. “Queremos conviver com uma taxa de juros que produza o mesmo efeito de controle da inflação, porém em um patamar mais próximo dos nossos pares”, destacou.

O IPCA vem reduzindo o ritmo



A meta não é 3%, com 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, no sentido que posso perseguir a meta de maneira leniente. A banda da meta foi criada para absorver choques”

Gabriel Galípolo,
presidente do BC

de crescimento nos últimos meses, com variações de 1,31% em fevereiro, 0,56% em março, 0,43% em abril e 0,26% em maio. Mas se mantém acima do teto, o que deve se repetir em junho.

Meta é obrigação

Durante a audiência, Galípolo reforçou que o BC tem a obrigação legal de perseguir a meta central de 3% e negou qualquer margem para flexibilização. “A meta não é uma sugestão à autoridade monetária, a meta decorre de um decreto. A meta é 3%. A meta não é 3%, com 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, no sentido que posso perseguir a meta de maneira leniente.

A banda da meta foi criada para absorver choques, não para ser tratada como uma margem de conforto permanente”, afirmou.

Para conter o quadro inflacionário, o presidente do BC reiterou o compromisso de manter a taxa básica de juros (Selic) em um nível “restritivo o suficiente pelo tempo que for necessário”.

Em sua última reunião, realizada em junho, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a Selic em 0,25 ponto percentual, para 15% ao ano — o maior patamar desde 2006. A decisão foi tomada justamente para sinalizar que a autoridade monetária seguirá firme no combate à inflação persistente. O Copom volta a se reunir nos

dias 29 e 30 de julho, e a expectativa majoritária do mercado é de manutenção da taxa nesse patamar elevado, diante da continuidade das pressões inflacionárias.

Galípolo também reagiu a sugestões de que o Banco Central possa estar cogitando uma mudança na meta de inflação. “Qualquer tipo de flexibilização nesse sentido, o sinal que é dado é de que nós somos um país que está confortável com uma moeda que pode perder mais valor ano a ano”, alertou.

Para ele, o papel do BC é ser a “última linha de defesa” da moeda nacional e do poder de compra dos brasileiros. “O Banco Central não vai flexibilizar nem tergiversar na perseguição da meta. Essa

é a obrigação que o Banco Central tem com a sociedade brasileira e com o país”, concluiu. A nova sinalização de firmeza da política monetária acontece em um momento de crescentes pressões políticas para redução de juros, mas Galípolo reafirmou que o compromisso do Banco Central é com a credibilidade da instituição e a estabilidade econômica de longo prazo.

Medidas

O presidente do Banco Central também afirmou que o Brasil precisará adotar “uma série de medidas” coordenadas para garantir um ambiente econômico com inflação sob controle e juros estruturalmente mais baixos. “A gente vai ter que fazer uma série de medidas”, declarou. Segundo ele, a política monetária sozinha não será suficiente para enfrentar os gargalos que mantêm o Brasil em um ciclo de juros elevados e inflação persistente.

Apesar de sucessivas altas da taxa Selic nos últimos anos, Galípolo reconheceu que os efeitos dessa política são reduzidos por mecanismos que garantem o acesso ao crédito a taxas subsidiadas ou com menor custo. “Essas vacinas são compreensíveis, têm um papel social relevante, mas acabam limitando a efetividade do aperto monetário”, afirmou. O presidente do BC argumentou que a “normalização da política monetária” exige um esforço nacional e reformas que extrapolam a alçada do BC.

Segundo Galípolo, o BC é a “última linha” de defesa da moeda e seu trabalho é necessário proteger o poder aquisitivo dos brasileiros. “O Banco Central não vai flexibilizar nem tergiversar na perseguição da meta. Esse é o mandato do Banco Central e o Banco Central não vai se desviar um milímetro dele. Essa é a obrigação que o Banco Central tem com a sociedade brasileira e com o país”, disse. “[O BC] vai usar os instrumentos dele que são necessários para defender a moeda, que é uma instituição dependente da credibilidade, e o poder de compra do povo brasileiro.”

ENERGIA

Silveira pede reforma sem fatiamento

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou ontem, durante audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que o governo federal deve editar, nos próximos dias, uma nova medida provisória com o objetivo de limitar os encargos que incidem sobre a conta de luz dos consumidores. A proposta pretende restringir repasses para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que financia subsídios tarifários e incentivos a fontes renováveis.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os custos da CDE têm crescido continuamente e podem atingir R\$ 40,6 bilhões em 2025. Silveira afirmou que os valores atuais são insustentáveis e criticou a lógica por trás de repasses tão elevados em um país cuja matriz

elétrica já é majoritariamente limpa. “Não podemos pagar mais caro pela energia para ampliar uma matriz que já é 90% limpa e renovável. Não são admissíveis custos tão altos em consequência de interesses que muitas vezes não são os do povo brasileiro”, declarou o ministro.

Silveira também criticou a derubada, pelo Congresso, de vetos presidenciais ao projeto de lei que regulamenta a exploração de energia eólica em alto-mar. Segundo especialistas ouvidos pelo ministério, a decisão pode trazer impactos negativos nas tarifas de energia. “Energia é insumo fundamental na produção, não podemos deprimir a economia. Por isso essa nova medida provisória será encaminhada até a próxima semana, para tentar barrar parte

Kayo Magalhaes/Câmara



Silveira afirmou que, se aprovada, medida fará justiça tarifária

do desequilíbrio que infelizmente se instalou”, completou.

Reestruturação

O ministro também aproveitou a audiência para defender a Medida Provisória 1300/25, que já está

em vigor e propõe uma ampla reestruturação no setor elétrico brasileiro. Entre os principais pontos, estão a gratuidade na conta de luz para famílias de baixa renda, a abertura gradual do mercado livre de energia e o fim de subsídios considerados obsoletos. “Esta medida

provisória contempla a justiça tarifária, a abertura de mercado e o equilíbrio do setor elétrico”, destacou Silveira.

O ministro pediu empenho dos deputados para que a reforma do setor elétrico não seja fatiada pelo Congresso ou acabe caducando, como vem sendo cogitado. “A MP não pode ser fatiada, porque o Luz do Povo já está valendo desde o dia 5, então a medida já cumpriu o seu papel com relação a essa proteção social”, disse.

A MP estabelece que famílias inscritas em programas sociais com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$ 759) e consumo mensal de até 80 kWh terão isenção total da tarifa. Segundo o ministro, o Programa Luz do Povo, em vigor desde o último sábado (5), já beneficia 60 milhões de brasileiros em 17,4 milhões de domicílios.

Outro destaque da proposta é a abertura gradual do mercado livre de energia. A partir de agosto de 2026, empresas do setor industrial e comercial poderão escolher seu

fornecedor. Em dezembro de 2027, a medida será estendida aos consumidores residenciais. “Isso contemplará a classe média, acabando com o oligopólio das distribuidoras”, defendeu o ministro, acrescentando que consumidores do mercado livre conseguem tarifas até 26% mais baratas. A MP ainda prevê a retirada progressiva de subsídios considerados desnecessários, preservando os contratos firmados até dezembro de 2025 para garantir segurança jurídica.

Durante o debate, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que propôs a audiência, cobrou a instalação imediata da comissão mista responsável por analisar a MP 1300/25. A medida tem validade até 18 de setembro e precisa ser aprovada pelos plenários da Câmara e do Senado. “As indicações dos líderes partidários já foram feitas, e a comissão mista deveria ser instalada rapidamente, pois estamos correndo contra o tempo. Será que alguém não deseja que essa MP prospere?”, questionou o parlamentar. (FS)